

ESTRUTURA PRODUTIVA DA REGIÃO DO TRAIRI NO RIO GRANDE DO NORTE

Macielde Gomes Santos¹ | José Alderir da Silva²

Como citar: SANTOS, G. S.; SILVA, J. A. Estrutura produtiva da Região do Trairi no Rio Grande do Norte. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas – RAEPP*, v. 11, n. 1, e20261101, 2026.

Resumo: Este estudo analisa a estrutura econômica da Região do Trairi, no estado do Rio Grande do Norte, com ênfase na distribuição populacional, na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e na participação dos setores agropecuário, industrial e de serviços. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas econômicas do semiárido nordestino, marcado por desigualdades intermunicipais e elevada dependência do setor público. O método adotado consiste em uma análise quantitativa e descritiva, baseada em dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período de 2002 a 2021, utilizando indicadores territoriais, populacionais, setoriais e de desenvolvimento humano. Os resultados indicam forte concentração econômica em poucos municípios, especialmente em Santa Cruz, que atua como polo regional. O setor de serviços predomina na geração de riqueza, enquanto a agropecuária é instável e a indústria incipiente.

Palavras-chave: Economia regional; Estrutura demográfica; Concentração econômica; Semiárido nordestino.

Abstract: This study analyzes the economic structure of the Trairi Region, in the state of Rio Grande do Norte, Brazil, with emphasis on population distribution, the composition of Gross Domestic Product (GDP), and the participation of the agricultural, industrial, and service sectors. The research is justified by the need to understand the economic dynamics of Brazil's semi-arid Northeast, a region marked by pronounced inter-municipal inequalities and a high degree of dependence on public-sector activities. The methodological approach is based on a quantitative and descriptive analysis using secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) for the period 2002–2021, drawing on territorial, demographic, sectoral, and human development indicators. The results reveal a strong concentration of economic activity in a small number of municipalities, particularly Santa Cruz, which functions as the regional economic hub. The service sector dominates value creation, while agriculture is characterized

¹Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e e-mail: maciieldern@yahoo.com.br.

²Doutor em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), lotado no Departamento de Engenharias (Denge). Líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório em Economia da Transição Energética” (Laete). Líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Estudos Populacionais e Desenvolvimento Sustentável” (Lepds). e-mail: josealderir16@hotmail.com.

by instability and low productivity, and industrial activity remains limited and incipient.

Keywords: Regional economy; Demographic structure; Economic concentration; Brazil's semi-arid Northeast.

1 Introdução

A análise do desenvolvimento regional constitui um campo central da economia, sobretudo em países marcados por fortes desigualdades espaciais, como o Brasil. A heterogeneidade econômica entre regiões e municípios reflete processos históricos de ocupação, padrões diferenciados de crescimento produtivo e distintas capacidades de geração de renda e bem-estar (Bellingieri, 2007). No contexto do Nordeste brasileiro, tais disparidades assumem maior relevância, uma vez que grande parte do território está inserida no semiárido, área caracterizada por limitações climáticas, fragilidades estruturais e elevada dependência do setor público (Silva e Teixeira, 2014).

Nesse cenário, a Região do Trairi, localizada no estado do Rio Grande do Norte, apresenta uma configuração socioeconômica típica de regiões periféricas do semiárido nordestino. Embora composta por municípios com características territoriais e populacionais distintas, observa-se a presença de um núcleo econômico capaz de concentrar atividades produtivas, serviços especializados e população, ao passo que os demais municípios mantêm estruturas produtivas pouco diversificadas e baixo dinamismo econômico. Tal configuração, segundo Souza (1993), evidencia processos de polarização regional e reforça relações de dependência intermunicipais.

A economia regional do Trairi é marcada pela predominância do setor de serviços, pela fragilidade do setor agropecuário e pela limitada expressão da atividade industrial. Esses elementos condicionam o padrão de geração de renda e influenciam diretamente os indicadores de desenvolvimento humano, especialmente nos municípios de menor porte populacional (Silva, 2014). Assim, compreender a articulação entre estrutura demográfica, composição setorial da economia e concentração do Produto Interno Bruto (PIB) torna-se fundamental para a formulação de estratégias de desenvolvimento regional mais equilibradas (Cano, 2007).

Diante disso, o presente estudo propõe-se a analisar a estrutura demográfica e econômica da Região do Trairi, com base na distribuição populacional, na composição do PIB e na participação dos principais setores produtivos, buscando evidenciar as desigualdades intermunicipais e o papel exercido pelo município polo no contexto regional. Ao fazê-lo, o trabalho contribui para o debate sobre desenvolvimento regional no semiárido nordestino e oferece subsídios empíricos para a reflexão sobre políticas públicas voltadas à redução das assimetrias econômicas e sociais.

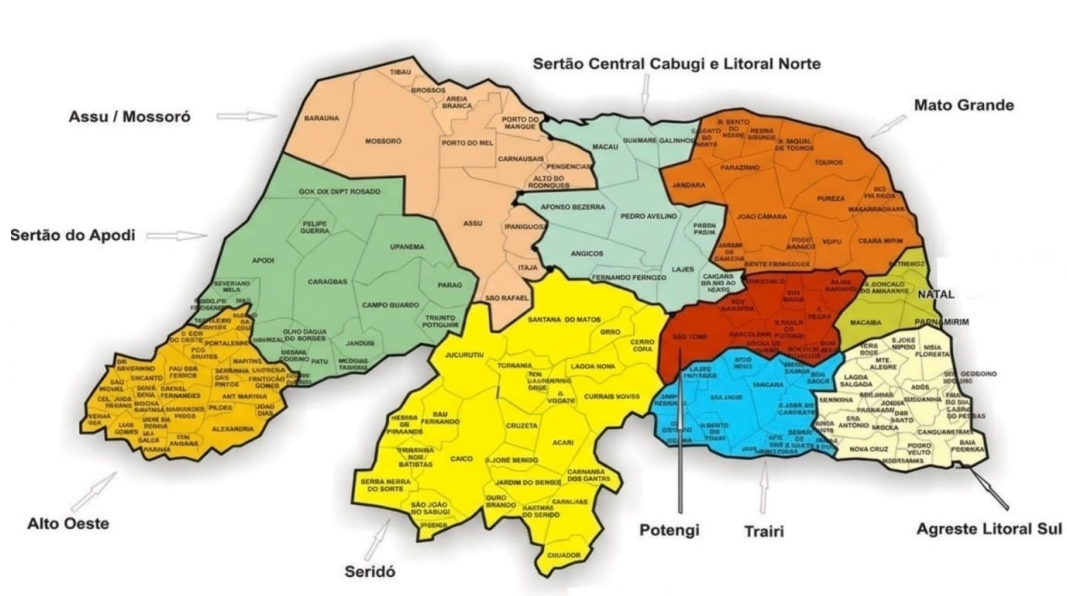
Para alcançar esse objetivo, o presente artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta a geografia e a demografia da Região do Trairi. Na sequência, analisa-se a estrutura econômica regional, com ênfase no Produto Interno Bruto (PIB) e na participação das principais atividades produtivas. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se sintetizam os principais resultados e implicações do estudo.

2 A Geografia e Demografia da Região do Trairi

Além de suas características geográficas, demográficas e econômicas, a Região do Trairi também se insere no recorte institucional dos Territórios da Cidadania, política pública implementada pelo Governo Federal a partir de 2008, com o objetivo de promover o desenvolvimento territorial em áreas caracterizadas por baixos indicadores socioeconômicos e elevada vulnerabilidade social. Essa política fundamenta-se na integração de ações governamentais e na articulação entre diferentes escalas institucionais, buscando fortalecer as economias locais, ampliar o acesso a serviços públicos e reduzir desigualdades regionais (Delgado e Leite, 2011; Silva et al., 2024).

Assim, além da região do Trairi, o Programa Territórios da Cidadania estruturou o estado do Rio Grande do Norte em mais quatro territórios —Açu-Mossoró, Sertão do Apodi, Mato Grande, Seridó, Potengi, Alto Oeste, Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte, Agreste — agrupando municípios com características socioeconômicas semelhantes e elevada vulnerabilidade social, conforme a Figura 1.

Figura 1: Mapa do Rio Grande do Norte: Divisão Territórios da Cidadania.



Fonte: Limites estadual e municipal. IBGE (2016).

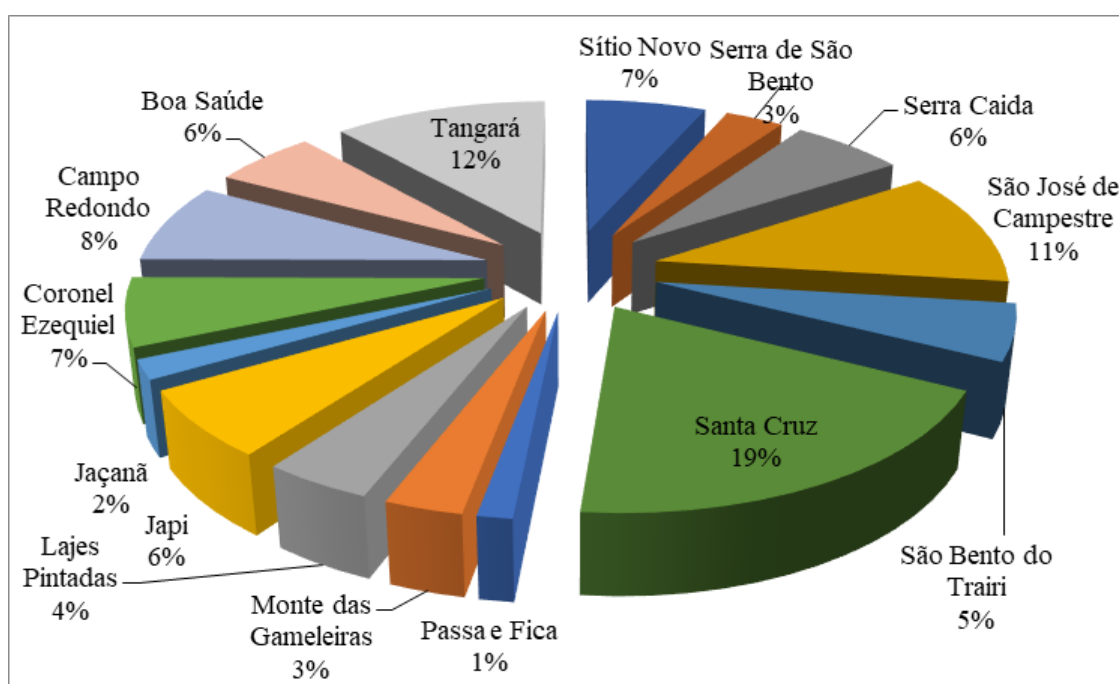
Essa divisão constitui um importante instrumento de planejamento e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial e à redução das desigualdades regionais. A inclusão do Trairi nesse programa reflete o reconhecimento de suas fragilidades estruturais, como a dependência da administração pública, a baixa diversificação produtiva e as assimetrias intermunicipais. Nesse sentido, a análise da estrutura econômica regional não pode ser dissociada dessa dimensão institucional, uma vez que as políticas territoriais exercem influência direta sobre a dinâmica produtiva, os investimentos públicos e as oportunidades de desenvolvimento.

Assim, compreender o Trairi como Território da Cidadania permite ampliar a interpretação dos seus padrões de concentração econômica e de sua organização espacial, evidenciando que tais características estão inseridas em um contexto mais amplo de intervenção estatal voltado à promoção do desenvolvimento regional. A

Região do Trairi refere-se à abrangência territorial composta por quinze municípios, cujos membros são Boa Saúde, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José de Campestre, Serra Caiada, Serra de São Bento, Sítio Novo, Passa e Fica e Tangará.

A região do Trairi, inserida no contexto do semiárido norte-rio-grandense, possui, em seu conjunto, cerca de 3.090 km² de área territorial. No entanto, conforme mostra a Figura 2, a região apresenta municípios com extensões territoriais relativamente grandes, como Santa Cruz, e municípios com territórios relativamente pequenos, como Jaçanã, que detém apenas 2% da área total do Trairi. Observa-se que o município de Sítio Novo possui um território intermediário, ocupando a sexta posição em termos de extensão territorial, juntamente com Coronel Ezequiel, ambos com cerca de 7% da área total da região. Esses municípios ficam atrás de Santa Cruz (19%), Tangará (12%), São José de Campestre (11%) e Campo Redondo (8%).

Figura 2: Participação relativa da área territorial dos municípios da Região do Trairi – RN (%).



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2022).

O município de Santa Cruz-RN é considerado a principal cidade polo econômico da região, situando-se a uma distância de 111 km da capital do estado, Natal. Limita-se ao norte com o Território do Potengi, ao sul com o estado da Paraíba, a leste com o Território do Agreste Potiguar e a oeste com o Território do Seridó. A Região do Trairi, segundo dados do Censo de 2022, possuía uma população total de quase 153 mil habitantes, sendo que a maior parte residia na zona urbana, o que corresponde a uma densidade demográfica em torno de 50 habitantes por quilômetro quadrado. A Tabela 1 apresenta a área e a população de cada município da Região do Trairi.

Tabela 1: Área, População e Densidade Demográfica dos Municípios da Região do Trairi em 2022.

Municípios da Região Trairi	Área	População Total	Residente Urbana	Rural	População Predominante	Hab/Km²
Boa Saúde	172,80	9.942	5965	3977	Urb.	57,5
Campo Redondo	238,40	10.151	4568	5583	Rur.	42,6
Coronel Ezequiel	202,90	5.538	3600	1938	Urb.	27,3
Jaçanã	58,20	8.697	4783	3914	Urb.	149,4
Japi	199,80	5.255	3679	1577	Urb.	26,3
Lajes Pintadas	130,20	4.787	2872	1915	Urb.	36,8
Monte das Gameleiras	93,10	2.266	1405	861	Urb.	24,3
Passa e Fica	42,10	13.051	9788	3263	Urb.	310,0
Santa Cruz	592,10	40.546	34464	6082	Urb.	68,5
São Bento do Trairi	167,60	3.936	2047	1889	Urb.	23,5
São José de Campestre	344,30	12.070	9656	2414	Urb.	35,0
Serra Caiada	189,40	10.125	6581	3544	Urb.	53,5
Serra de São Bento	98,10	5.683	3126	2557	Urb.	57,9
Sítio Novo	202,50	5.367	2576	2791	Rur.	26,5
Tangará	358,70	15.287	11924	3363	Urb.	42,6
Total	3.090,20	152.701	107034	45667		

Fonte: IBGE, Censo de 2022.

Como pode ser observado na Figura 3, o município de Santa Cruz possui cerca de 40 mil habitantes, concentrando aproximadamente 26% da população total da Região do Trairi, o que evidencia sua posição de principal centro urbano regional. Tangará aparece como o segundo município mais populoso (15 mil habitantes, ou 9,8%), seguido por Passa e Fica (13 mil, ou 8,4%), São José do Campestre (12 mil, ou 7,8%) e Serra Caiada (cerca de 10 mil, ou 6,5%). Essa distribuição evidencia uma estrutura populacional relativamente concentrada, com forte centralidade em Santa Cruz. A Figura 3 apresenta, ainda, a participação de todos os municípios da Região do Trairi em termos populacionais.

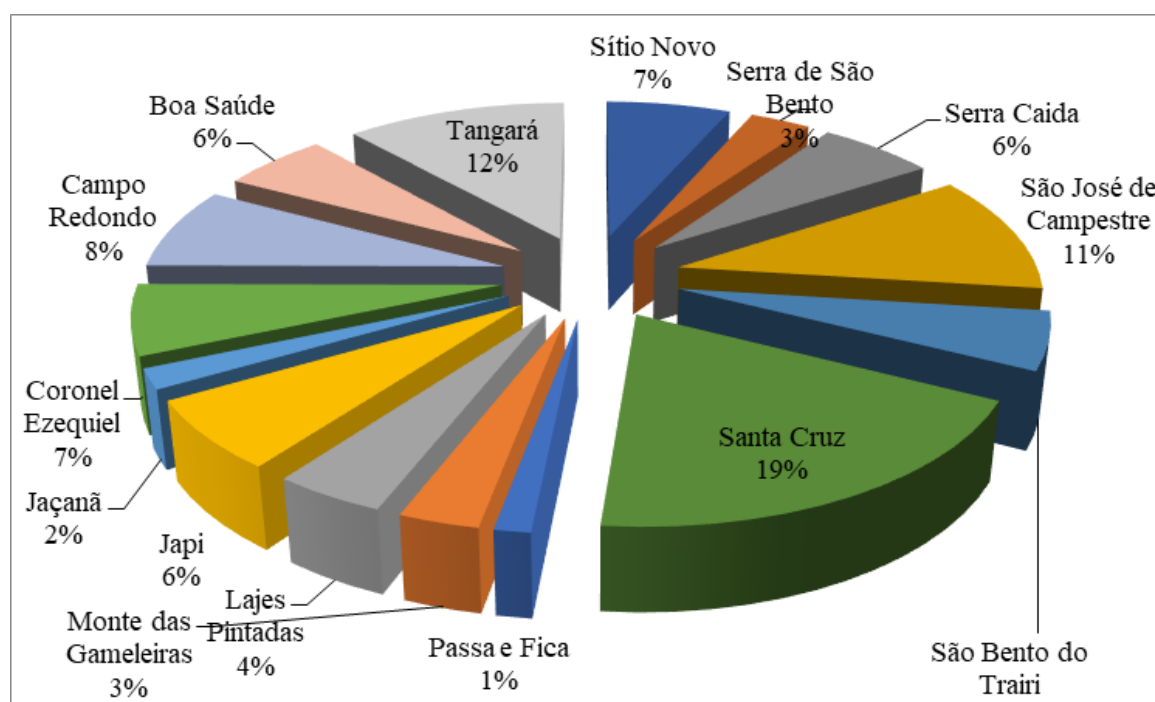


Figura 3: Participação relativa da população dos municípios da Região do Trairi – RN.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022).

Porém, além dessas características geográficas da região do Trairi, é necessário descrever economicamente a região, de modo a identificar as principais atividades de cada município. Esse é o objetivo da próxima seção.

3 A Região do Trairi: PIB e Atividades

Antes de realizar uma análise da composição do PIB da região do Trairi, é necessário mostrar essa mesma composição de forma agregada, ou seja, sem desmembrar a região do Trairi por municípios³. A Tabela 2 apresenta a participação relativa da agropecuária, indústria, serviços e administração pública no PIB da Região do Trairi entre 2002 e 2021. A análise evidencia mudanças estruturais importantes ao longo do período.

Tabela 2: Participação da Agropecuária, Indústria e Serviços no PIB da região do Trairi:1999-2012.

	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
2002	10,24	9,80	24,85	55,11
2003	15,41	6,79	25,04	52,77
2004	16,43	7,08	26,57	49,91
2005	12,16	7,12	28,01	52,71
2006	9,41	7,25	26,09	57,26
2007	8,03	8,39	25,56	58,02

³Vide Silva (2016) para uma análise da decomposição do PIB para o Brasil.

	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
2008	11,36	6,50	23,59	58,56
2009	8,30	5,83	23,90	61,97
2010	6,05	6,75	24,11	63,09
2011	6,72	6,81	27,80	58,67
2012	3,89	7,51	30,29	58,32
2013	3,45	6,44	30,61	59,50
2014	3,11	5,94	31,29	59,67
2015	3,07	5,91	31,69	59,33
2016	2,99	5,78	32,74	58,50
2017	2,73	5,65	35,57	56,05
2018	2,92	5,64	34,84	56,61
2019	3,62	5,43	34,70	56,26
2020	4,93	5,55	34,25	55,27
2021	4,71	5,55	33,94	55,81

Fonte: IBGE (2026)

A análise da Tabela 2 evidencia que a estrutura produtiva da Região do Trairi, no período de 2002 a 2021, é fortemente concentrada no setor terciário, com destaque para a expressiva participação da administração pública. Ao longo de toda a série histórica, a administração pública manteve-se como principal componente do PIB regional, oscilando entre aproximadamente 49% e 63%, o que demonstra elevada dependência da economia local em relação aos gastos governamentais (Silva et al., 2022). Paralelamente, o setor de serviços privados apresentou trajetória de crescimento gradual, passando de 24,85% em 2002 para 33,94% em 2021, alcançando seu pico em 2017.

Em contrapartida, a agropecuária revelou comportamento instável e tendência de queda estrutural após 2004, reduzindo sua participação para níveis inferiores a 5% na maior parte dos anos recentes, o que evidencia sua vulnerabilidade às condições climáticas e sua limitada capacidade de sustentação econômica. O setor industrial, por sua vez, manteve participação relativamente baixa e estável, variando entre 5% e 9%, sem apresentar sinais de dinamismo ou expansão consistente. Dessa forma, os dados confirmam que a economia do Trairi é essencialmente terciarizada, com baixa diversificação produtiva e forte dependência do setor público, características típicas de regiões periféricas do semiárido nordestino (Silva et al., 2023).

No entanto, a distribuição do PIB da Região do Trairi entre os municípios não ocorre de forma homogênea, havendo poucos municípios com participação setorial relativamente maior em comparação aos demais, de menor porte, como mostram Oliveira e Silva (2018).

Na Tabela 3 é exposta a participação de cada município no PIB da Região do Trairi e, como pode ser observado, quatro cidades concentram mais de 50% do PIB. Em 2002, Santa Cruz detinha 25,3% do PIB da região do Trairi, Tangará detinha 9,1%, São José de Campestre aparecia com 8,7% e Campo Redondo com 8,4%. A soma do PIB dessas quatro cidades (51,5%) era maior do que a soma dos outros onze municípios, cujo percentual correspondia a 48,5%. Em 2012, esse percentual aumentou para 55,8%. Ou seja, houve um aumento da concentração do PIB na Região do Trairi nesse período, principalmente na cidade de Santa Cruz.

Santa Cruz amplia gradualmente sua participação, saindo de aproximadamente 25,3% em 2002 para patamares superiores a 32% a partir de 2011, atingindo 37,5% em 2017 e mantendo-se acima de 32% nos anos seguintes. Esse desempenho pode

ser explicado por sua condição de cidade polo, concentrando comércio diversificado, serviços bancários, instituições públicas, atividades educacionais de nível superior (como a presença de campus universitário e instituto federal) e, especialmente, o turismo religioso impulsionado pelo Complexo de Santa Rita. Além disso, sua maior população e melhor infraestrutura urbana favorecem a atração de investimentos e a centralização de fluxos econômicos regionais.

Tangará também apresenta participação relevante e relativamente estável, oscilando entre 8% e 11% ao longo da série, com leve crescimento em alguns períodos. Esse desempenho pode estar associado à sua localização estratégica, à diversificação de atividades comerciais e à articulação com municípios vizinhos, o que fortalece sua inserção na dinâmica regional. São José de Campestre mantém participação intermediária, variando entre aproximadamente 6,7% e 8,7%, demonstrando certa estabilidade econômica, possivelmente vinculada ao comércio local, serviços e atividades agropecuárias mais estruturadas em comparação a municípios de menor porte.

Passa e Fica apresenta participação em torno de 7% a 9%, também com relativa estabilidade. Seu desempenho pode ser explicado pela presença de atividades comerciais consolidadas e, mais recentemente, pela valorização do turismo ecológico e de aventura, que contribui para dinamizar o setor de serviços. Campo Redondo e Jaçanã mantêm participações médias próximas de 5% a 6%, demonstrando economias locais de porte intermediário dentro da região, provavelmente sustentadas por comércio básico, serviços públicos e agropecuária.

Por outro lado, municípios como Monte das Gameleiras, Lajes Pintadas, Japi, São Bento do Trairi, Coronel Ezequiel, Serra de São Bento e Sítio Novo apresentam participações menores, geralmente entre 2% e 4%, evidenciando economias menos diversificadas e maior dependência da agropecuária e das transferências governamentais. Em muitos desses casos, a pequena base populacional, a limitada infraestrutura produtiva e a vulnerabilidade às irregularidades climáticas restringem a capacidade de geração de riqueza.

Portanto, o destaque na produção de riquezas da Região do Trairi é, sem dúvida, o município de Santa Cruz. É importante observar que, na região, existe uma relação direta entre o PIB e o tamanho da população⁴, ou seja, Santa Cruz, como centro capitalista regional, também exerce função de concentração populacional, ao passo que municípios como Sítio Novo, com pouco mais de cinco mil habitantes, ou Monte das Gameleiras, com pouco mais de dois mil habitantes, apresentam PIB bem inferior ao de Santa Cruz, que possui quase quarenta mil habitantes (Oliveira e Silva, 2018).

⁴Vide Silva e Silva (2025) e Silva et al. (2025).

Tabela 3: Composição do PIB da Região do Trairi (%): 1999-2012.

	Campo Redondo	Coronel Ezequiel	Jaçanã	Januário Cicco	Japi	Lajes Pintadas	Monte das Gameleiras	Passa e Fica	Serra Caiada	Santa Cruz	São Bento do Trairí	São José do Campestre	Serra de São Bento	Sítio Novo	Tangará
2002	8,4	3,6	5,4	6,5	3,7	3,3	4,5	6,6	5,8	25,3	2,5	8,7	2,9	3,5	9,1
2003	6,4	3,9	6,0	7,0	3,7	3,1	5,4	6,8	7,1	24,0	2,6	8,1	3,1	3,4	9,4
2004	6,3	3,8	5,5	7,5	3,6	3,8	6,8	7,0	6,2	24,3	2,8	7,2	3,1	3,3	8,7
2005	5,7	4,1	5,0	8,0	3,4	3,6	7,3	7,0	6,1	23,9	2,6	7,5	3,2	3,2	9,5
2006	5,5	3,7	5,6	7,4	3,7	3,7	4,2	7,9	6,2	24,9	2,8	7,4	3,2	3,4	10,3
2007	5,5	3,5	5,4	7,1	3,5	3,3	4,2	9,8	6,4	24,9	2,8	8,0	3,3	3,6	8,8
2008	6,1	3,1	5,5	6,6	4,5	3,3	4,2	7,6	6,7	24,9	2,9	8,2	3,3	3,7	9,5
2009	6,5	3,8	5,3	6,3	3,8	3,2	3,6	7,2	6,5	25,8	3,0	8,2	3,5	3,7	9,3
2010	6,2	3,7	5,4	5,8	3,7	3,4	1,9	7,5	6,3	28,1	2,7	7,9	3,5	3,5	10,4
2011	5,6	3,3	5,3	5,5	3,5	3,3	1,8	8,4	5,6	31,1	2,8	7,4	3,2	3,2	10,1
2012	5,9	3,2	4,8	5,3	3,0	3,2	1,7	8,5	5,6	32,3	2,6	7,1	3,1	3,1	10,5
2013	5,6	3,4	5,2	5,1	3,2	3,1	1,8	8,0	5,6	33,2	2,6	6,8	3,2	3,1	10,3
2014	5,6	3,2	4,8	5,1	2,9	3,2	1,8	7,9	5,4	34,1	2,6	7,2	3,1	3,0	9,9
2015	5,7	3,4	4,8	4,9	3,0	3,2	1,6	8,3	5,6	33,5	2,6	7,2	3,2	3,2	9,9
2016	5,7	3,3	4,5	5,0	3,0	3,2	1,5	7,4	5,7	34,3	2,7	7,2	3,2	3,2	10,2
2017	5,5	3,0	4,3	4,6	2,8	2,9	1,6	7,5	5,5	37,5	2,5	6,7	3,2	3,0	9,4
2018	6,1	3,2	4,7	4,9	2,9	3,0	1,8	7,6	5,6	33,1	2,7	7,0	3,2	3,1	11,3
2019	6,2	3,0	4,7	5,0	2,9	3,0	1,7	7,9	5,6	33,1	2,7	6,9	3,2	3,1	11,1
2020	6,0	3,0	4,7	4,9	2,8	3,0	1,7	7,9	6,0	33,2	2,7	7,0	3,1	2,9	11,0
2021	6,1	3,0	4,8	4,7	2,9	2,9	1,8	8,3	6,0	32,8	2,6	7,0	3,2	3,1	10,7

Fonte: IBGE (2026)

O município de Santa Cruz-RN é considerado a cidade polo econômica da região e está localizado a 111 km da capital do estado, Natal. Limita-se ao norte com o Território do Potengi, ao sul com o estado da Paraíba-PB, a leste com o Território do Agreste Potiguar e a oeste com o Território do Seridó. A cidade de Santa Cruz-RN sempre foi caracterizada por um comércio bastante dinâmico, e a feira semanal realizada aos sábados reúne comerciantes e compradores de toda a região do Trairi e até da Paraíba-PB. Além disso, os serviços bancários, antes restritos apenas às cidades polos, sempre atraíram pessoas que, ao resolverem pendências bancárias, acabavam por realizar compras no comércio local. Essas circunstâncias levaram a um acúmulo de capital (Silva e Silvino, 2015).

Tal acúmulo, ao longo das últimas décadas do século XX, levou o município a se desenvolver com pequenas fábricas de confecções, um comércio cada vez mais fortalecido e serviços diversificados que, aliados às forças políticas desse período, permitiram, no início do século XXI, a construção do Complexo de Santa Rita. Essa construção, que envolveu a estátua de Santa Rita de Cássia, é responsável pelo fortalecimento do turismo religioso (Silva e Silvino, 2016). Houve ainda a implantação da FACISA e do IFRN, o que ocasionou um “boom” na construção civil, com a edificação de apartamentos e quitinetes devido ao aumento da procura por moradia por parte de estudantes vindos de outras localidades.

No mesmo período, 2002 a 2021, entre os onze municípios restantes, apenas Passa e Fica, Serra Caiada, São Bento do Trairi e Serra de São Bento conseguiram aumentar sua participação; os outros sete tiveram sua participação reduzida ou permaneceram estáveis. Portanto, pode-se concluir que, de forma geral, o PIB da Região do Trairi tornou-se mais concentrado entre 2002 e 2021.

Dessa forma, a economia de Santa Cruz-RN pode ser considerada o centro capitalista da Região do Trairi, enquanto os demais municípios configuram-se como periféricos em relação a esse centro. Nesses municípios periféricos existem pequenas fábricas, diferentes tipos de comércio e serviços; contudo, a atividade agrícola ainda é predominante, de modo que a escassez e a irregularidade das chuvas, aliadas à falta de vontade política, constituem-se nos principais fatores limitantes para o desenvolvimento dessas localidades. Portanto, ao contrário do que ocorreu em Santa Cruz, existem dificuldades econômicas e políticas que travam o desenvolvimento desses municípios.

De modo geral, a tabela confirma uma estrutura econômica regional marcada por concentração espacial do PIB, com Santa Cruz consolidando-se como centro econômico dominante e os demais municípios ocupando posições periféricas na dinâmica produtiva. Essa configuração reflete a lógica centro-periferia intra-regional, na qual os fluxos de consumo, serviços especializados, educação e investimentos tendem a se concentrar no município polo, reforçando assimetrias econômicas dentro da própria Região do Trairi.

Uma vez examinado o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios que compõem a Região do Trairi, torna-se necessário aprofundar a análise, observando a contribuição específica de cada setor econômico para a formação dessa riqueza. Essa abordagem permite compreender não apenas o peso relativo das atividades produtivas, mas também identificar as bases estruturais que sustentam a dinâmica econômica regional. Com efeito, esse é objetivo das próximas seções.

3.1 Agropecuária na Região do Trairi-RN

A Região do Trairi-RN tem boa parte de sua população voltada para a produção de agricultura de subsistência, mesmo aqueles que residem nas pequenas cidades da região buscam trabalho nas plantações. Na região são plantadas e colhidas verduras, milho, feijão, batata, mandioca, maracujá, banana, inhame, fruta-do-conde (pinha), caju, umbu, dentre outras culturas.

É importante observar que a Região do Trairi-RN está localizada em um ponto geográfico muitas vezes não propício à agricultura, pois existem irregularidades nas chuvas, e o clima semiárido faz com que os reservatórios, açudes e barragens sejam insuficientes para a prática da agricultura em grande escala (Alves e Campos, 2009; Gomes e Paiva, 2022).

Contudo, devido a uma questão social e cultural, os agricultores da região mantêm-se firmes na dedicação e na insistência em produzir culturas como milho e feijão nos períodos chuvosos, que vão do fim de dezembro ao início de abril. Porém, nem todos os anos são chuvosos na região, existem períodos de seca, o que faz com que a economia voltada para a agricultura apresente grande oscilação. Um agricultor pode obter bons ganhos com sua produção agrícola em um ano e, no ano seguinte, não conseguir produzir nada ou quase nada (Nunes e Silva, 2022).

Desse modo, observa-se a insistência dos poderes públicos em manter tais municípios enraizados no setor agrícola, sem o desenvolvimento de tecnologias que aperfeiçoem a produção agrícola local, otimizando-a e contribuindo para o desenvolvimento da economia desses municípios (Nunes et al., 2023).

Na Tabela 4, apresenta-se a composição da produção agropecuária da Região do Trairi, evidenciando que a produção agropecuária da Região do Trairi apresenta forte concentração espacial, com destaque expressivo para o município de Santa Cruz ao longo de todo o período analisado (2002–2021). Em termos médios, Santa Cruz responde por aproximadamente 20% do PIB agropecuário regional, percentual bastante superior ao dos demais municípios, e que se amplia significativamente nos anos mais recentes, atingindo 42,2% em 2021.

Esse desempenho pode estar associado à maior capacidade produtiva, melhor estrutura de comercialização, acesso a mercados consumidores e possível incorporação de atividades agropecuárias com maior valor agregado. Em seguida, destacam-se Tangará (média de 11,8%) e Serra Caiada (10,6%), que também mantêm participação relevante e relativamente estável, evidenciando maior dinamismo produtivo dentro do setor primário.

Municípios como São José do Campestre (7,1%), Campo Redondo (6,4%), Coronel Ezequiel (5,9%) e Passa e Fica (5,8%) apresentam participação intermediária, contribuindo de forma significativa, mas sem grande protagonismo regional. Por outro lado, localidades como Monte das Gameleiras (2,2%), São Bento do Trairi (2,9%) e Serra de São Bento (2,7%) possuem participação reduzida, refletindo menor escala produtiva e limitações estruturais.

Isso pode ser explicado pelo fato de existirem, nesses municípios, pequenas produções agrícolas realizadas por meio de irrigação, como, por exemplo, o maracujá produzido com irrigação por gotejamento em Coronel Ezequiel, bem como a criação de galinhas em sistema de arrendamento para empresas especializadas na produção de frango em Tangará e Campo Redondo.

Já o município de Sítio Novo, mesmo apresentando características de uma sociedade agrícola, na qual a maior parte da população mora e trabalha na zona

rural, possui índices econômicos relativamente baixos, tanto no PIB total, como visto anteriormente, quanto no PIB agropecuário, cuja participação média ficou em 4,4%. Isso significa que uma economia, ainda que essencialmente agrícola, mas sem o uso de tecnologias adequadas, não consegue se desenvolver, dadas as suas condições naturais, em qualidade e quantidade de produção agropecuária em escala relativamente grande que contribua para o desenvolvimento econômico (Locatel e Lima, 2016).

Tabela 4: Composição do PIB Agropecuário da Região do Trairi (%): 2002 e 2021

	Campo Redondo	Coronel Ezequiel	Jaçanã	Januário Cicco	Japi	Lajes Pintadas	Monte das Gameleiras	Passa e Fica	Serra Caiada	Santa Cruz	São Bento do Trairí	São José do Campestre	Serra de São Bento	Sítio Novo	Tangará
2002	17,3	5,0	4,1	8,4	2,5	2,7	2,3	8,0	11,4	11,9	2,3	7,2	2,2	4,6	10,2
2003	7,7	6,0	6,8	7,4	3,4	3,1	3,4	7,2	15,3	12,2	3,0	7,2	3,6	3,8	9,8
2004	8,6	5,4	4,4	12,5	3,9	4,9	2,6	6,3	10,9	16,3	3,3	6,1	4,1	3,1	7,8
2005	5,8	6,2	3,0	7,1	4,8	3,6	2,3	7,7	12,0	17,0	2,7	10,6	2,5	4,1	10,6
2006	7,3	7,5	4,9	9,2	3,6	4,0	1,6	3,2	11,6	14,3	2,8	9,2	2,9	4,5	13,4
2007	4,7	4,5	3,1	11,4	3,1	3,9	1,7	6,6	14,2	16,5	2,6	8,9	3,0	4,2	11,5
2008	4,9	6,7	2,5	8,7	9,4	3,2	2,3	5,8	12,8	12,0	3,5	9,7	2,7	3,9	11,8
2009	5,9	6,0	2,8	10,1	4,9	3,3	2,5	5,6	13,0	14,8	2,5	7,2	2,7	5,0	13,5
2010	5,4	5,0	3,4	9,1	5,7	4,2	1,8	4,5	10,1	18,8	2,2	6,6	3,0	4,3	16,0
2011	4,5	4,9	4,3	8,0	6,7	3,4	2,5	7,8	9,6	20,7	3,7	6,8	2,3	4,1	10,6
2012	5,3	4,4	3,1	9,3	4,0	3,9	1,5	7,6	12,0	17,5	2,0	5,8	2,0	4,3	17,3
2013	5,8	4,4	3,2	5,5	5,7	3,9	1,9	4,7	9,5	19,5	2,0	5,9	2,2	4,8	20,9
2014	6,3	4,7	4,7	8,3	4,7	4,4	1,7	4,2	9,9	20,3	1,9	5,8	2,2	4,8	16,3
2015	6,7	11,1	5,0	5,9	4,8	4,5	2,0	4,7	8,5	20,1	2,0	5,9	2,6	5,1	11,1
2016	6,6	6,7	4,7	6,1	5,1	4,6	2,2	5,6	8,9	21,3	2,2	6,2	2,9	5,3	11,5
2017	6,4	7,0	5,1	5,2	4,7	4,6	2,2	4,8	10,3	21,9	2,1	5,9	2,7	5,5	11,7
2018	4,9	6,9	4,3	5,9	3,0	2,9	2,4	6,1	10,0	27,3	2,7	5,1	3,4	4,8	10,3
2019	5,7	4,3	5,4	4,6	2,9	3,2	2,2	5,0	7,8	29,4	5,9	8,1	2,8	4,2	8,4
2020	5,0	6,2	7,0	6,7	2,3	3,2	2,8	6,1	8,2	25,1	4,8	8,7	3,0	3,6	7,2
2021	3,0	4,8	7,6	4,0	2,9	1,8	1,5	3,8	6,7	42,2	4,3	4,6	2,0	3,9	6,6
Media	6,4	5,9	4,5	7,7	4,4	3,7	2,2	5,8	10,6	20,0	2,9	7,1	2,7	4,4	11,8

Fonte: IBGE (2026).

Assim, o estudo do setor primário da Região do Trairi demonstra que a agricultura tradicional existente nessa região pode servir para a produção de consumo interno, abastecimento do mercado regional e geração de emprego e renda, o que evita, até certo ponto, o êxodo rural. Contudo, não é suficiente para a geração de riqueza em uma sociedade capitalista. De modo geral, os dados revelam que, embora a agropecuária seja atividade importante para a dinâmica socioeconômica regional, sua produção é concentrada em poucos municípios, reproduzindo no setor primário a mesma lógica de concentração já observada no PIB total da Região do Trairi.

No próximo tópico, será observada a composição do PIB industrial na Região do Trairi, com o objetivo de compreender o grau de dinamismo do setor secundário e sua contribuição para a estrutura produtiva regional. A análise desse segmento é fundamental, uma vez que a indústria, em geral, possui maior capacidade de geração de valor agregado, encadeamentos produtivos e estímulo à modernização tecnológica, podendo impulsionar transformações estruturais na economia local.

3.2 A Indústria na Região Trairi

Na Região do Trairi, o setor industrial não é caracterizado pela presença de indústrias de grande porte, mas sim por estabelecimentos de tamanho pequeno, tais como: a) indústria têxtil e de confecção em vários municípios, como São Bento do Trairi, Lajes Pintadas, Tangará, Santa Cruz, entre outros; b) indústria de cerâmica, por exemplo, em Santa Cruz; c) indústria alimentícia, como fábricas de sorvetes e picolés, panificadoras, entre outras; d) indústria de ração animal, como em Tangará, onde se encontra uma fábrica de torta utilizada na alimentação animal; e) pequenas fábricas com máquinas de beneficiamento, como algodão e frutas, além de casas de farinha, dentre outras.

Em todos os municípios há um elemento em comum: o setor da construção civil, considerado como atividade industrial, pois produz bens imóveis, como casas, prédios, galpões e construções em geral. Em comparação com outras regiões do país e mesmo com algumas áreas do Nordeste brasileiro, o processo de industrialização na Região do Trairi teve início de forma tardia e desarticulada, sem planejamento voltado para o longo prazo. Não se observam, historicamente, políticas públicas consistentes de incentivo fiscal ou institucional, tampouco condições econômicas, financeiras e estruturais capazes de induzir um processo de industrialização mais robusto na região (Silva, 2014a; Lima e Lima, 2018; Silva, 2019).

Nesse contexto, as poucas iniciativas industriais que emergiram no Trairi estão associadas a municípios com maior dinamismo comercial, nos quais a atividade mercantil possibilitou certa acumulação de capital. Esse capital, por sua vez, foi parcialmente direcionado à implantação de indústrias de pequeno porte, como se verifica nos casos de Santa Cruz e Tangará, cujas economias apresentam maior diversificação relativa em relação aos demais municípios da região (Lima et al., 2017).

A Tabela 5 evidencia que o PIB industrial da Região do Trairi apresenta elevada concentração espacial, com nítido protagonismo do município de Santa Cruz ao longo de todo o período analisado (2002–2021). Em termos médios, Santa Cruz responde por aproximadamente 29,6% do PIB industrial regional, mantendo participação superior à dos demais municípios e apresentando tendência de crescimento em diversos momentos da série, com destaque para os anos posteriores a 2013, quando supera frequentemente a marca de 30%. Esse desempenho está associado à maior diversifi-

cação de atividades industriais, como os setores de confecções, cerâmica, alimentos e construção civil, além da maior acumulação de capital decorrente do dinamismo comercial local.

Tabela 5: Composição do PIB Indústria da Região do Trairi (%): 2002 e 2021

	Campo Redondo	Coronel Ezequiel	Jaçanã	Januário Cicco	Japi	Lajes Pintadas	Monte das Gameleiras	Passa e Fica	Serra Caiada	Santa Cruz	São Bento do Trairí	São José do Campestre	Serra de São Bento	Sítio Novo	Tangará
2002	13,8	1,7	6,3	4,5	3,6	4,5	3,2	13,5	3,7	25,2	1,9	5,8	1,1	1,6	9,6
2003	8,5	1,6	7,4	4,7	1,8	2,3	2,4	18,8	4,2	29,0	1,2	3,9	1,3	1,3	11,5
2004	6,8	1,8	6,1	5,0	2,4	6,0	3,9	22,3	3,6	24,3	1,6	3,9	1,4	1,4	9,5
2005	8,9	2,1	5,5	5,3	1,6	4,4	4,6	18,2	3,6	22,5	1,7	3,4	1,9	1,4	14,9
2006	2,4	1,6	7,0	4,7	1,4	4,1	1,9	28,8	3,7	19,6	1,4	3,5	1,4	1,5	17,1
2007	1,9	1,2	8,0	4,1	1,7	2,6	2,1	41,4	3,2	18,5	1,4	3,4	1,6	1,3	7,8
2008	2,5	1,2	11,7	4,8	2,5	2,3	2,3	19,0	3,9	24,6	1,5	4,3	2,8	2,5	14,1
2009	3,1	2,0	8,9	5,6	3,8	3,6	2,2	16,1	4,2	27,7	1,9	5,0	2,6	2,5	10,6
2010	2,6	1,6	10,1	3,9	3,1	3,2	1,0	16,7	3,1	29,3	1,7	3,6	1,6	2,5	16,0
2011	1,9	1,9	10,8	3,5	2,1	4,4	0,9	21,3	2,9	26,5	1,6	3,8	1,3	1,8	15,3
2012	5,3	1,8	8,0	3,4	1,5	4,6	1,0	18,9	2,8	25,4	1,5	4,4	1,5	2,1	17,9
2013	2,3	2,1	10,4	3,6	1,5	5,0	1,3	17,5	2,9	30,5	1,6	3,9	1,7	1,8	14,0
2014	2,8	2,1	7,5	2,9	1,3	6,0	4,1	14,6	3,0	32,3	1,7	4,1	1,5	1,8	14,2
2015	3,3	2,0	6,2	3,0	1,5	5,6	1,1	19,8	3,4	29,9	2,1	3,9	2,0	2,0	14,3
2016	3,9	2,6	3,3	3,7	1,8	6,3	0,9	8,4	4,0	37,4	2,5	5,3	2,8	2,4	14,9
2017	3,4	2,5	3,1	3,6	1,6	4,2	0,9	9,9	3,7	42,2	1,9	4,9	2,7	2,0	13,4
2018	3,6	2,2	4,1	3,9	1,7	3,9	0,9	7,0	4,1	37,9	1,7	5,4	2,6	1,4	19,7
2019	3,4	2,0	3,5	3,8	1,9	2,7	0,9	7,1	5,0	40,6	1,7	4,9	2,2	1,6	18,7
2020	3,1	1,6	3,1	3,4	1,8	2,6	0,9	6,9	7,7	35,6	1,6	5,0	2,1	1,5	23,1
2021	4,9	1,7	3,9	4,1	2,0	2,4	1,0	7,4	7,9	33,1	1,8	5,4	2,9	1,7	19,8
Media	4,4	1,9	6,7	4,1	2,0	4,0	1,9	16,7	4,0	29,6	1,7	4,4	1,9	1,8	14,8

Fonte: IBGE (2026).

Tangará aparece como o segundo principal polo industrial da região, com média de 14,8%, sustentada sobretudo pelo setor de confecções e pela indústria de ração animal, evidenciando relativa consolidação produtiva. Passa e Fica também se destaca, com média de 16,7%, apresentando picos significativos em determinados anos, o que sugere momentos de maior dinamismo industrial.

Em Santa Cruz, o comércio, que ao longo do tempo acumulou capital, tornou o município um local propício para o surgimento de pequenas fábricas desde os anos 1980, como nos setores de alimentos, cerâmica e confecções, entre outros. Além disso, as pequenas fábricas de Santa Cruz geram emprego e renda não apenas para o próprio município, mas também para cidades vizinhas. Já no município de Tangará, o setor de confecções é responsável pela geração de empregos há vários anos. Além disso, há a presença de uma fábrica de torta destinada à produção de ração animal (Silva e Azevedo, 2020).

Os demais municípios registram participações bastante reduzidas, geralmente inferiores a 7%, refletindo a predominância de pequenas unidades produtivas e baixa capacidade de agregação de valor. De modo geral, os dados confirmam que o setor industrial no Trairi, embora presente, é caracterizado por baixa diversificação e forte concentração em poucos municípios, reproduzindo a lógica centro-periferia observada nos demais setores da economia regional.

Esse fraco desempenho industrial na Região do Trairi pode ser explicado, quando comparado a outras regiões do país ou até mesmo a algumas áreas do Nordeste brasileiro, pelo fato de que a estrutura industrial local se iniciou de forma tardia e sem planejamento de longo prazo. Não se observaram incentivos políticos ou fiscais consistentes, tampouco condições históricas, econômicas e financeiras capazes de estimular um processo de industrialização mais acentuado na região (Moraes, 2012).

Portanto, os locais onde a indústria tentou despontar na Região do Trairi são aqueles que possuem vocação comercial mais consolidada, uma vez que a atividade mercantil possibilitou a acumulação de capital suficiente para desenvolver focos de industrialização voltados ao atendimento dos interesses do comércio local.

Contudo, o problema da indústria na Região do Trairi encontra-se na própria estrutura regional. As cidades não possuem estímulos para atrair grandes capitais, carecem de mão de obra especializada e, muitas vezes, não dispõem sequer de mão de obra em quantidade suficiente. Como exemplo, pode-se citar o município de Monte das Gameleiras, cuja população é de 2.394 habitantes (ver Tabela 1), ou seja, o total de habitantes corresponde ao contingente de trabalhadores de apenas uma grande empresa localizada em Natal (Lima et al., 2018).

O mesmo ocorre nas demais cidades: descontando-se crianças e idosos, a população economicamente ativa não é suficiente para suprir as necessidades de mão de obra de uma grande empresa, o que torna inviável sua instalação nesses municípios. Além disso, somam-se outros fatores, como a distância dos mercados consumidores, a distância dos fornecedores, a falta de insumos básicos para a produção (como água e energia), a escassez de mão de obra qualificada, entre diversos outros elementos que dificultam a industrialização da região (Moraes e Dantas, 2017).

Portanto, as próprias características estruturais da Região do Trairi limitam o desenvolvimento industrial, restando espaço apenas para indústrias rudimentares, voltadas principalmente ao atendimento da demanda local e regional. Uma vez verificado o comportamento do setor industrial na Região do Trairi, a próxima seção trata da composição do PIB do setor de serviços na região em análise. Esse setor

assume papel central na estrutura econômica regional, não apenas por sua elevada participação no PIB, mas também por sua capacidade de articular e sustentar as demais atividades produtivas, como foi observado até o momento.

3.3 O Setor de Serviços na Região Trairi

Como fora visto anteriormente, o município de Santa Cruz é o polo econômico da região do Trairi, cuja economia está historicamente relacionada ao comércio, que propiciou o acúmulo de capital e possibilitou a implementação de pequenas fábricas de confecção, panificação, cerâmica, dentre outras pequenas atividades industriais. Com relação à agricultura, sua base é voltada para o abastecimento local de produtos regionais. O principal município da região do Trairi tem como base econômica o comércio e a prestação de serviços.

Observa-se que, na região do Trairi, não existe uma indústria que possa expressar de forma significativa o desenvolvimento econômico. Trata-se de uma economia agrícola e agropecuária que não consegue reproduzir o capital de forma eficaz. A indústria também é insuficiente para gerar um maior desenvolvimento econômico nessa região, por razões já enumeradas. Porém, resta analisar o setor de serviços.

Esse setor, na região do Trairi, movimenta a maior parte da circulação econômica e financeira, sobretudo no que diz respeito ao comércio, visto que o IBGE classifica essa atividade no grupo de serviços. Dentre esses, estão presentes na região do Trairi os supermercados, mercadinhos, feiras, serviços gráficos, dentre outros. Além disso, existem os serviços de cunho profissional, como é o caso das instituições que prestam serviços de saúde, serviços educacionais, etc., que, juntamente com os profissionais liberais, como, por exemplo, contadores, administradores, advogados, economistas, médicos e engenheiros, dentre outros, formam todo o setor de serviços.

Na região do Trairi, a prestação de serviços ocorre em todos os municípios. Além dos já descritos anteriormente, destacam-se também serviços que vão desde a administração pública, passando pelos serviços básicos de educação, saúde e ação social, bem como os serviços de trabalhadores autônomos, como o serviço de mototáxi, de borracharia, de manicure, de barbearia e de costureira, etc., fazendo com que o setor de serviços seja a principal atividade econômica dos municípios (Silva, 2013). Todavia, a maior parte dos serviços é muito carente de qualificação profissional, o que gera rendimentos muito baixos na maior parte das atividades que a região apresenta. A Tabela 6 apresenta a participação de cada município no PIB de serviços da região do Trairi.

A análise da Tabela 6 evidencia a forte concentração do PIB de serviços da Região do Trairi no município de Santa Cruz, confirmando seu papel como principal polo econômico regional. Ao longo do período analisado (2002–2021), Santa Cruz apresentou participação amplamente superior aos demais municípios, atingindo valores superiores a 50% entre 2011 e 2017 e registrando média de 44,3% no período total. Esse resultado demonstra elevado grau de centralização das atividades terciárias, refletindo a capacidade do município de atrair e concentrar serviços mais complexos, especialmente nas áreas de comércio, saúde, educação e serviços especializados.

Além disso, verifica-se que o indicador em análise passou a apresentar crescimento expressivo a partir de 2010, fato que pode ser atribuído, principalmente, à consolidação do turismo religioso no município de Santa Cruz, impulsionada pela

inauguração do Complexo Turístico Religioso de Santa Rita de Cássia, que ampliou significativamente o fluxo de visitantes e a demanda por serviços na economia local. Esse crescimento não decorre apenas do impacto direto da atividade turística, mas também de seus efeitos indiretos sobre a economia local. Ao atrair um fluxo significativo de visitantes e romeiros, o turismo religioso amplia a demanda por uma série de serviços complementares, como alimentação, hospedagem, transporte e comércio, promovendo um efeito de transbordamento econômico sobre o setor terciário.

Tabela 6: Composição do PIB Serviços da Região do Trairi (%): 2002 e 2021.

	Campo Redondo	Coronel Ezequiel	Jaçanã	Januário Cicco	Japi	Lajes Pintadas	Monte das Gameleiras	Passa e Fica	Serra Caiada	Santa Cruz	São Bento do Trairi	São José do Campestre	Serra de São Bento	Sítio Novo	Tangará
2002	5,3	2,2	3,7	7,6	2,1	2,2	10,4	4,3	4,5	35,9	1,7	9,2	1,7	2,5	7,0
2003	3,9	2,3	4,2	8,9	2,1	2,1	13,1	4,4	5,4	33,0	1,6	7,6	1,9	2,3	7,1
2004	3,9	2,3	4,0	7,3	1,8	2,4	18,5	4,4	4,4	31,8	1,8	6,7	2,0	2,2	6,4
2005	3,3	2,5	3,3	12,0	1,5	2,2	19,2	4,2	4,2	29,3	1,6	6,1	2,1	2,1	6,6
2006	3,5	2,3	3,9	9,8	2,1	2,6	9,6	5,2	4,9	34,8	1,9	6,8	2,4	2,5	7,8
2007	4,1	2,2	3,9	8,6	2,3	2,4	10,2	5,8	4,8	34,7	1,8	7,6	2,5	2,4	6,8
2008	4,7	1,7	4,0	7,2	2,6	2,3	10,5	5,3	4,9	35,2	1,8	7,5	2,5	2,4	7,4
2009	5,2	2,5	4,1	5,7	2,4	2,4	7,9	5,6	4,8	36,2	2,0	8,0	3,1	2,5	7,7
2010	4,7	2,6	4,2	3,7	2,5	2,5	1,4	5,6	5,3	43,1	1,8	7,9	3,3	2,5	9,0
2011	3,6	2,0	3,3	3,1	2,0	2,0	1,2	6,6	4,0	50,7	1,6	6,0	2,7	1,9	9,4
2012	3,6	1,9	3,0	2,9	1,8	1,9	1,0	6,7	3,9	52,8	1,4	5,9	2,3	1,8	9,1
2013	3,5	2,0	3,5	2,9	1,8	1,9	1,1	6,3	3,6	54,0	1,4	5,0	2,1	1,7	9,2
2014	3,4	1,8	2,8	2,6	1,6	1,8	1,0	6,5	3,4	55,9	1,4	5,0	2,1	1,6	9,1
2015	3,6	2,0	3,0	2,7	1,7	1,9	1,0	7,0	3,7	53,6	1,4	5,2	2,2	1,8	9,2
2016	3,4	1,9	2,8	2,6	1,8	1,9	0,9	6,0	3,8	54,1	1,5	5,5	2,3	1,8	9,7
2017	3,1	1,6	2,4	2,3	1,5	1,6	0,9	6,0	3,3	60,0	1,2	4,6	2,1	1,5	7,8
2018	4,1	1,8	3,3	3,0	1,9	1,8	1,4	7,0	3,6	48,7	1,4	5,1	2,6	1,9	12,5
2019	4,0	1,8	3,3	3,1	2,0	2,0	1,1	7,3	3,8	47,9	1,4	5,0	2,7	1,9	12,5
2020	3,9	1,8	3,2	3,2	1,9	2,1	1,2	7,5	4,2	48,3	1,5	5,3	2,6	1,9	11,5
2021	4,0	1,9	3,4	3,1	2,0	2,1	1,4	8,5	4,6	46,5	1,4	5,4	2,7	1,9	11,1
Média	3,9	2,1	3,5	5,1	2,0	2,1	5,6	6,0	4,2	44,3	1,6	6,3	2,4	2,1	8,9

Fonte: IBGE (2026).

Esse processo é semelhante ao efeito multiplicador gerado pela instalação de uma atividade econômica dinamizadora, capaz de estimular outros segmentos produtivos por meio do aumento da circulação de renda e da intensificação das relações econômicas locais. Nesse sentido, os resultados observados reforçam a importância do turismo religioso como vetor de dinamização econômica, contribuindo para o fortalecimento do setor de serviços e para a ampliação da centralidade econômica de Santa Cruz no contexto regional (Lopes e Alves, 2015; Almada, 2019; Silva et al., 2021; Costa, 2025).

Em um segundo nível de participação, destacam-se os municípios de Tangará, com média de 8,9%, São José do Campestre (6,3%) e Passa e Fica (6,0%), os quais exercem papel complementar na dinâmica regional, embora com participação significativamente inferior à de Santa Cruz. Observa-se também que municípios como Monte das Gameleiras, que apresentou média de 5,6%, tiveram redução expressiva ao longo do período, indicando perda relativa de importância no setor de serviços regional. Por outro lado, municípios como Campo Redondo (3,9%), Jaçanã (3,5%) e Serra Caiada (4,2%) mantiveram participação intermediária, caracterizando economias locais com oferta de serviços voltada predominantemente ao atendimento da demanda interna.

Os demais municípios, como Coronel Ezequiel, Japi, Lajes Pintadas, São Bento do Trairi, Serra de São Bento e Sítio Novo, apresentaram participações reduzidas, com médias inferiores a 3%, evidenciando baixa capacidade de concentração e diversificação das atividades terciárias. Esse padrão reforça a estrutura hierarquizada do setor de serviços na região, marcada por forte polarização espacial e dependência funcional em relação ao município de Santa Cruz. Dessa forma, os dados confirmam que o setor de serviços, embora seja o principal responsável pela dinâmica econômica regional, apresenta elevado grau de concentração territorial, o que contribui para a manutenção das desigualdades intrarregionais e reforça o papel polarizador do principal centro urbano da região do Trairi. Ademais, de forma geral e de acordo com a classificação do IBGE, os principais serviços encontrados na região Trairi são:

1. Comércio, serviços de manutenção e restauração: Muito comuns em todos os municípios da região, destacando-se principalmente Santa Cruz, pois, historicamente, o município apresenta características de uma sociedade voltada para o setor comercial.
2. Serviços de alojamento e alimentação: Também se destaca o município de Santa Cruz, principalmente com a construção da FACISA, pertencente à UFRN, e com a instalação do IFRN, o que levou muitos comerciantes a construírem quitinetes e alojamentos para os estudantes. Além disso, existem as pousadas que, no período da festa religiosa da cidade, servem de apoio aos peregrinos. Com relação à alimentação, existem vários restaurantes e diversas empresas que realizam entrega de comida em residências e obras, constituindo um setor em forte crescimento na economia do município.
3. Transporte, armazenagem e correios: Estão presentes em todos os municípios, sendo o destaque sempre onde há maior concentração de atividades, como é o caso de Santa Cruz. A sede regional dos Correios possui grandes galpões destinados a diversas formas de armazenagem.
4. Serviços de informação: Existem, porém são pouco expressivos na região. Na maioria das vezes, são serviços provenientes de outras regiões, sendo reduzido o

número de serviços de informação originários localmente.

5. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e planos de saúde: Esses serviços estão bastante presentes na vida da população da região do Trairi e vão desde a busca de crédito para a agricultura até seguros de vida, veículos e imóveis, bem como planos de saúde e planos funerários, dentre outros. São encontrados em todos os municípios, porém ainda concentrados nos principais centros, como Santa Cruz e Tangará.
6. Atividades imobiliárias e aluguel: Existem em todos os municípios e, na primeira década do século XXI, houve aumento na construção de moradias em função de programas sociais fornecidos e financiados pelo Governo Federal, o que ampliou a demanda por serviços da construção civil. Destaca-se o município de Serra Caiada, que foi o maior construtor de casas populares nos primeiros 12 anos na região. Em Santa Cruz, também houve crescimento, conforme já explicado anteriormente, com a chegada da FACISA/UFRN.
7. Serviços prestados às empresas: Geralmente são serviços terceirizados que envolvem atividades como serviços gerais, motoristas, vigilância, dentre outros. Isso é comum em todos os municípios. Nos municípios menores, esses serviços ocorrem principalmente por meio da terceirização realizada pelas prefeituras e câmaras municipais.
8. Administração pública: Como a maioria dos pequenos municípios tem na administração pública sua principal atividade remuneradora, será dado destaque específico a esse tipo de serviço em um tópico próprio.
9. Educação mercantil: O IBGE, ao realizar o levantamento dos domicílios, separa os estabelecimentos educacionais em públicos e privados, permitindo identificar a participação da educação mercantil. A maior concentração desses serviços encontra-se em Santa Cruz, seguida por Tangará, com presença de escolas, colégios particulares e cursos preparatórios para vestibulares. Nos pequenos municípios, predomina a rede pública, sendo o ensino fundamental gerido pelas prefeituras e o ensino médio pela rede estadual, como ocorre, por exemplo, em Sítio Novo, onde não há presença significativa de educação mercantil.
10. Saúde mercantil e serviços sociais: São serviços prestados por clínicas, consultórios médicos, hospitais particulares, berçários, creches e instituições do terceiro setor que atuam nas áreas de educação, esporte e assistência social. A maior concentração ocorre nos municípios de Santa Cruz, Tangará, São José do Campestre, entre outros.
11. Serviços prestados principalmente às famílias, atividades associativas e serviços domésticos: Correspondem a serviços diversos, geralmente prestados de forma imediata, incluindo serviços de beleza, transporte, utilidades domésticas, lazer, dentre muitos outros. Estão presentes em todos os municípios da região.

Todavia, é importante ressaltar que o comércio também é considerado pelo IBGE como parte integrante do setor de serviços. De fato, o comércio está amplamente presente na região do Trairi, onde Santa Cruz se configura como o principal centro econômico regional, enquanto municípios menores, como Sítio Novo, Monte

das Gameleiras e São Bento do Trairi, entre outros, apresentam maior dependência econômica, assumindo uma posição periférica em relação a Santa Cruz. O próximo tópico apresenta uma análise do comércio e da gestão pública e sua relação com o setor de serviços na região.

3.4 A Administração Pública na Região Trairi

Quando se trata do setor de serviços, tanto o comércio quanto a administração pública devem ser levados em consideração. Esses dois elementos compõem o PIB de serviços, porém a forma como isso ocorre é distinta, não se tratando apenas de uma simples relação de prestação de serviços entre tomador e prestador.

No comércio, realiza-se a compra e venda de produtos que, diferentemente dos serviços, são bens tangíveis. Por exemplo, quando uma prefeitura contrata um economista local para elaborar um projeto de desenvolvimento municipal, esse serviço não constitui um bem físico, mas sim um bem intangível. Entretanto, ao remunerar esse profissional, o gestor público gera renda para o prestador, a qual é contabilizada no PIB do setor de serviços.

A prestação do serviço público, por sua vez, não ocorre por meio de pagamento direto na relação entre prestador e tomador do serviço, como no setor privado. A gestão pública contrata empresas, profissionais ou utiliza seu próprio quadro de funcionários para prestar serviços à população, sem obter um retorno financeiro direto. Nesse sentido, o poder público atua simultaneamente como prestador e tomador de serviços, com o objetivo de atender às demandas sociais e promover o bem-estar coletivo.

Os pagamentos realizados a funcionários públicos, empresas contratadas e profissionais autônomos também compõem a geração de riqueza nos municípios da região do Trairi. Dessa forma, os gastos da administração pública municipal, estadual e federal desempenham papel fundamental na dinâmica econômica local, contribuindo, inclusive, para a sustentação econômica de alguns municípios da região (Silva et al., 2024).

A Tabela 7 apresenta a composição do PIB da administração pública na Região do Trairi no período de 2002 a 2021, evidenciando a forte concentração dessa atividade no município de Santa Cruz, que registrou, em média, 23,3% de participação, valor amplamente superior aos demais municípios da região. Esse resultado reforça o papel de Santa Cruz como principal centro administrativo regional, concentrando órgãos públicos, instituições estaduais e federais, além de serviços administrativos que atendem não apenas sua população, mas também os municípios vizinhos. Essa centralidade administrativa contribui diretamente para a dinamização da economia local, por meio da geração de empregos públicos e da circulação de renda proveniente dos gastos governamentais.

Em um segundo nível de participação, destacam-se os municípios de Tangará, com média de 9,8%, São José do Campestre (8,4%) e Passa e Fica (7,7%), os quais apresentam participação relevante da administração pública em suas estruturas econômicas. Esses valores indicam a importância do setor público como elemento estruturante da economia local, sobretudo em municípios de menor porte, onde a presença de atividades privadas é mais limitada. Municípios como Campo Redondo (7,2%), Serra Caiada (6,5%), Januário Cicco (6,3%) e Jaçaná (5,8%) também apresentam participação significativa, reforçando a dependência desses municípios em relação aos recursos

públicos como fonte de geração de renda e sustentação econômica.

Por outro lado, municípios como Monte das Gameleiras (2,2%), São Bento do Trairi (3,3%), Lajes Pintadas (3,7%), Serra de São Bento (3,8%) e Sítio Novo (4,0%) apresentaram as menores participações médias, o que pode estar associado à menor estrutura administrativa e à reduzida dimensão econômica desses municípios. De modo geral, os dados evidenciam que a administração pública exerce papel fundamental na economia da Região do Trairi, especialmente nos municípios menores, onde os gastos públicos funcionam como importante mecanismo de sustentação da atividade econômica local. Esse padrão revela uma estrutura econômica fortemente dependente do setor público, ao mesmo tempo em que reafirma a centralidade de Santa Cruz como principal polo administrativo e econômico da região.

Tabela 7: Composição do PIB da Administração Pública na Região do Trairi (%): 2002 e 2021.

	Campo Redondo	Coronel Ezequiel	Jaçanã	Januário Cicco	Japi	Lajes Pintadas	Monte das Gameleiras	Passa e Fica	Serra Caiada	Santa Cruz	São Bento do Trairí	São José do Campestre	Serra de São Bento	Sítio Novo	Tangará
2002	7,1	4,3	6,3	6,0	4,8	3,7	2,6	6,2	5,7	23,1	3,1	9,3	3,9	4,1	9,7
2003	6,8	4,3	6,4	6,3	4,9	3,7	2,8	6,3	6,0	22,6	3,1	9,1	3,7	4,1	10,1
2004	6,9	4,3	6,6	6,4	4,6	3,9	2,4	6,5	6,1	23,0	3,3	8,4	3,7	4,1	10,1
2005	6,6	4,8	6,4	6,5	4,3	4,2	2,5	6,8	6,1	22,8	3,2	8,0	4,1	3,8	10,1
2006	6,5	4,0	6,3	6,4	4,8	4,2	2,4	7,3	6,3	22,9	3,4	7,8	3,8	3,9	10,0
2007	6,8	4,2	5,9	6,2	4,4	3,7	2,3	7,4	6,5	22,6	3,5	8,8	3,9	4,4	9,3
2008	7,4	3,2	6,0	6,1	4,5	3,8	2,2	7,6	6,6	23,3	3,4	8,6	3,8	4,4	9,3
2009	7,4	4,2	5,8	6,1	4,1	3,5	2,3	7,3	6,5	23,1	3,6	8,8	3,9	4,1	9,2
2010	7,2	4,3	5,5	6,5	4,0	3,7	2,1	7,5	6,7	23,1	3,3	8,5	3,9	4,0	9,8
2011	7,1	3,9	5,7	6,6	3,9	3,7	2,1	7,8	6,3	23,5	3,4	8,5	3,9	3,8	9,8
2012	7,2	4,0	5,4	6,5	3,8	3,6	2,2	8,1	6,5	23,6	3,4	8,2	3,8	3,9	9,9
2013	6,9	4,2	5,5	6,4	3,9	3,5	2,2	8,0	6,6	23,5	3,4	8,1	3,9	3,9	9,9
2014	7,0	4,0	5,6	6,5	3,7	3,6	2,1	8,1	6,5	23,6	3,4	8,8	3,9	3,8	9,6
2015	7,1	4,0	5,5	6,2	3,7	3,5	2,0	8,1	6,6	23,9	3,3	8,6	3,8	3,9	9,8
2016	7,1	4,0	5,5	6,4	3,7	3,5	1,9	8,2	6,8	23,5	3,4	8,4	3,7	3,9	10,0
2017	7,2	3,8	5,6	6,2	3,7	3,6	2,0	8,3	6,8	23,5	3,4	8,3	3,9	3,9	9,8
2018	7,6	3,9	5,6	6,1	3,6	3,6	2,1	8,2	6,8	23,3	3,5	8,4	3,7	3,9	9,7
2019	7,8	3,8	5,6	6,2	3,5	3,6	2,1	8,6	6,7	23,4	3,4	8,1	3,7	3,8	9,7
2020	7,7	3,6	5,6	6,0	3,5	3,6	2,1	8,5	6,7	24,3	3,4	8,1	3,5	3,7	9,7
2021	7,7	3,6	5,6	5,9	3,6	3,6	2,2	8,6	6,6	23,6	3,3	8,4	3,6	3,8	9,9
Média	7,2	4,0	5,8	6,3	4,1	3,7	2,2	7,7	6,5	23,3	3,3	8,4	3,8	4,0	9,8

Fonte: IBGE (2026).

Porém, embora as demais cidades tenham uma pequena participação, a administração pública constitui uma importante fonte de renda para essas economias, sendo responsável por uma parcela relevante do emprego nesses municípios (Silva, 2023). Assim, nota-se que existe uma relação direta entre o tamanho da população e o gasto público: quanto maior a população, maior tende a ser o gasto do governo e, consequentemente, maior o PIB.

De certa forma, estabelece-se um ciclo, pois, por um lado, o polo regional, Santa Cruz, aumenta continuamente sua população, o que amplia a demanda por serviços públicos; por outro, esse aumento dinamiza o comércio, estimula a ampliação da oferta de serviços mais especializados e contribui, gradualmente, para a formação de um ciclo de desenvolvimento econômico na cidade, mesmo na ausência de uma base industrial forte, mas suficiente para atender às demandas do mercado local (Coutinho, 2015; Lima et al., 2025).

Além do turismo religioso consolidado em Santa Cruz, observa-se, nos últimos anos, a expansão do turismo serrano em municípios como Serra de São Bento e Monte das Gameleiras, configurando uma importante vertente de dinamização do setor de serviços na região do Trairi. Esse processo está associado, principalmente, às características naturais dessas localidades, marcadas por clima mais ameno, paisagens serranas e potencial para o turismo de lazer e contemplação, fatores que têm atraído visitantes provenientes de diferentes regiões do estado e, em menor medida, de outras unidades da federação.

Como resultado, verifica-se a ampliação de atividades relacionadas à hospedagem, com a instalação de pousadas, chalés e o crescimento do mercado de segundas residências, além da expansão do setor de alimentação, com a abertura de restaurantes, cafés e empreendimentos voltados ao público turístico. Esse movimento tem contribuído para a diversificação das atividades terciárias e para a geração de renda local, ainda que de forma mais recente e menos concentrada quando comparada ao turismo religioso de Santa Cruz. Dessa forma, o turismo serrano vem se consolidando como uma importante alternativa econômica para esses municípios, ampliando a base de serviços e reforçando novas possibilidades de desenvolvimento regional, sobretudo em localidades com limitada presença de atividades industriais e baixa diversificação produtiva.

4 Considerações finais

A análise da estrutura econômica da Região do Trairi evidenciou a presença de fortes desigualdades intermunicipais, com significativa concentração da população, da renda e da produção em poucos centros urbanos, especialmente no município de Santa Cruz, que se consolida como principal polo regional. Essa centralidade está associada à maior diversificação de atividades econômicas, à oferta de serviços públicos e privados e à sua capacidade de polarizar fluxos de pessoas, comércio e investimentos, reforçando seu papel como núcleo articulador da economia regional.

Os resultados também confirmam a predominância do setor de serviços como principal componente da economia do Trairi, tanto em termos de participação no Produto Interno Bruto quanto na geração de ocupação e renda. Esse processo está diretamente relacionado à expansão da administração pública, do comércio, da educação, da saúde e, mais recentemente, das atividades turísticas. Nesse contexto, destaca-se

não apenas o turismo religioso em Santa Cruz, impulsionado pelo Santuário de Santa Rita de Cássia, mas também o crescimento do turismo serrano em municípios como Serra de São Bento e Monte das Gameleiras, que vem estimulando atividades ligadas à hospedagem, gastronomia e segundas residências. Essas transformações indicam uma gradual diversificação das atividades terciárias e reforçam o papel do setor de serviços como vetor de dinamização econômica regional.

Por outro lado, observou-se que o setor agropecuário apresenta elevada instabilidade, decorrente, sobretudo, das limitações climáticas características do semiárido, enquanto o setor industrial permanece pouco desenvolvido e com reduzida capacidade de contribuir para a dinamização econômica regional. Essa configuração evidencia a persistente dependência da economia regional em relação ao setor público e às atividades terciárias, o que, embora contribua para a manutenção da economia local, também revela fragilidades estruturais relacionadas à baixa diversificação produtiva e à limitada capacidade de geração autônoma de crescimento econômico.

Diante desse cenário, conclui-se que o desenvolvimento econômico da Região do Trairi está fortemente condicionado à expansão e à qualificação do setor de serviços, bem como à necessidade de políticas públicas que estimulem a diversificação produtiva, o fortalecimento das atividades industriais e a modernização das atividades agropecuárias. Além disso, o aproveitamento sustentável das potencialidades turísticas regionais representa uma oportunidade relevante para a dinamização econômica e a redução das desigualdades territoriais. Por fim, destaca-se que futuras pesquisas podem aprofundar a análise das dinâmicas recentes do setor de serviços, especialmente do turismo e de suas repercussões socioeconômicas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das transformações em curso na economia regional.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, J. A. B. O turismo no Rio Grande do Norte. *Sociedade e Território*, v. 31, n. 2, p. 241–262, 2019.
- ALVES, F. G.; CAMPOS, R. Propensão ao assoreamento de reservatórios do semiárido brasileiro. In: SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE, 10., 2009, Fortaleza. *Anais [...]* Fortaleza, CE, 2009. v. 1.
- BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 2, n. 37, 2017.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930–1970*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- COSTA, H. A. D. Proposta de metodologia para a regionalização do turismo: aplicação no Rio Grande do Norte/Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 19, e3054, 2025.
- COUTINHO, A. C. A. *Políticas públicas, desenvolvimento local e participação social nas instâncias de governança associadas ao turismo no Rio Grande do Norte*. 2015.
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. *Dados*, v. 54, n. 2, p. 431–473, 2011.

GOMES, T. G.; PAIVA, I. C. O. Crise hídrica na irrigação: o caso do perímetro irrigado de Pau dos Ferros/RN. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas – RAEPP*, v. 3, n. 1, p. 2–19, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: tabela 5938*. 2026. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 27 fev. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Limites estaduais e municipais*. 2016. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2026.

LIMA, E. C.; OLIVEIRA NETO, C. R.; SILVA ALVES, J. Análise do setor industrial do Rio Grande do Norte: uma abordagem espacial para os anos 2002 e 2012. *Geosul*, v. 33, n. 67, p. 229–252, 2018.

LIMA, É. P. C.; LIMA, E. C. Problemática regional recente: disparidades espaços-territoriais da indústria nos estados do Nordeste. *Geografia em Questão*, v. 11, n. 1, p. 9–28, 2018.

LIMA, É. P. C.; SILVA, A. C.; LIMA, E. C. Assimetrias locacionais e padrão industrial: uma análise das mesorregiões do Rio Grande do Norte. *Revista Espacios*, v. 38, p. 23–35, 2017.

LIMA, É. P. C. M.; FEITOSA, A. K.; OLIVEIRA, E. C. de L.; MACIEL, H. M.; OLIVEIRA, L. A. C. de; GOMES, M. A. Artesanato, turismo e desenvolvimento econômico: perspectivas para o mercado de trabalho formal no Rio Grande do Norte. *Brazilian Journal of Development*, v. 11, n. 12, e84442, 2025. DOI: 10.34117/bjdv11n12-037. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv11n12-037>>.

LOCATEL, C. D.; LIMA, F. L. S. de. Territórios rurais e reestruturação produtiva do capital no Rio Grande do Norte. *Formação (Online)*, v. 1, n. 23, 2016.

LOPES, R. M. R.; ALVES, L. D. S. F. O desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte a partir da ação pública. *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, v. 9, n. 3, p. 143–172, 2015.

MORAES, I. R. D. Planejamento e desenvolvimento regional: notas sobre a experiência do Rio Grande do Norte. *Sociedade e Território*, v. 24, n. 1, p. 77–96, 2012.

MORAIS, I. R. D.; DANTAS, E. M. População e território: variáveis demográficas e processos socioespaciais no Rio Grande do Norte. *Sociedade e Território*, v. 29, n. 2, p. 84–100, 2017.

NUNES, E. M.; SILVA, P. S. G. Reforma agrária, regimes alimentares e desenvolvimento rural: evidências a partir dos territórios rurais do Rio Grande do Norte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 1, e232668, 2022.

NUNES, E. M.; SILVA, M. L. da; COSTA, G. C. da; OLIVEIRA, C. J. de. O Programa Garantia-Safra como mecanismo de política na agricultura familiar dos territórios do Rio Grande do Norte. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 68, 2023.

OLIVEIRA, H. E.; SILVA, M. D. F. F. da. Crescimento versus desenvolvimento local: uma análise entre o PIB e a renda média dos municípios do Rio Grande do Norte. *EmpíricaBR – Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação*, v. 1, n. 1, p. 268–295, 2018.

SILVA, C. C. S.; MACHADO, É. P. C. D. L.; FIGUEIREDO, J. D. S.; SILVA, W. G. Alianças políticas e governos municipais do Rio Grande do Norte: uma análise a partir das relações federativas. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas – RAEPP*, v. 7, n. 1, p. 2–18, 2024.

SILVA, F. X.; SILVINO, M. Turismo e as formas simbólicas no incentivo do desenvolvimento local em Santa Cruz/RN. *Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais*, v. 6, n. 3, p. 375–387, 2015.

SILVA, G. B. D. *Fatores capazes de influenciar o apoio dos residentes ao desenvolvimento do turismo religioso em Santa Cruz-RN*. 2014. Dissertação ou Tese – Instituição, Cidade, 2014.

SILVA, J. A. A questão da desindustrialização no Brasil. *Revista Economia & Tecnologia*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 45–75, 2014.

SILVA, J. A. O crescimento e a desaceleração da economia brasileira (2003–2014) na perspectiva dos regimes de demanda neokaleckianos. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2016.

SILVA, J. A. D. A desindustrialização na Região Nordeste. *Interações*, Campo Grande, v. 20, p. 221–238, 2019.

SILVA, J. A.; SILVA, W. G. A demografia na teoria econômica de Adam Smith. *Textos de Economia*, v. 28, p. 1–21, 2025.

SILVA, J. A.; GLEDSON, W.; GOMES, T. G. P. Transição demográfica e janela de oportunidade no Brasil. *Princípios*, v. 44, n. 172, p. 297–317, 2025.

SILVA, J. A.; TEIXEIRA, M. D. S. G. Desconcentração no Brasil: Nordeste, da Sudene aos anos 2000. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, n. 3, p. 118–134, 2014.

SILVA, J. W. R. Desenvolvimento territorial do turismo no interior do Rio Grande do Norte. *Ets Humanitas – Revista de Ciências Humanas*, v. 1, n. 1, p. 27–43, 2023.

SILVA, L. G.; AZEVEDO, F. F. Uso corporativo do território e a nova divisão territorial do trabalho da indústria do vestuário no Rio Grande do Norte. *Ateliê Geográfico*, v. 14, n. 1, p. 27–46, 2020.

SILVA, R. C. D.; FONSECA, M. A. P. D.; BORGES, A. L. M. Turismo e gestão de investimentos públicos: uma análise nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte-Brasil, 2003–2016. *Turismo: Visão e Ação*, v. 23, n. 1, p. 26–47, 2021.

SILVA, V. F.; SOUZA, J. A. N. de; SILVA FERREIRA, F. D. da; SILVA, W. G. Endividamento público dos municípios do Rio Grande do Norte: uma abordagem a partir de regressões lineares múltiplas. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas – RAEPP*, v. 5, n. 1, 2023.

SILVA, W. G.; SILVA FIGUEIREDO, S. C. da; SILVA FILHO, L. A. da; SOUZA FIGUEIREDO, J. de. Política econômica e fundos públicos: uma análise a partir da autonomia relativa. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas – RAEPP*, v. 3, n. 1, p. 36–48, 2022.

SOUZA, N. de J. de. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 29–59, mar. 1993.